



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

### **AS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS, O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: considerações para o debate**

JANAINA ALBUQUERQUE DE CAMARGO <sup>1</sup>  
ADRIANA RAMOS <sup>1</sup>

#### **RESUMO**

Este trabalho reflete acerca das tendências conservadoras na contemporaneidade, a partir da realidade brasileira, destacando suas expressões na política de assistência social e suas verberações no trabalho profissional. Realizamos uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos e estudos que dialogam com a perspectiva teórica crítica. Observamos que o conservadorismo tem perpassado os campos político, econômico e social, para a manutenção das bases de dominação das classes hegemônicas, imprimindo determinado direcionamento à implementação da política de assistência social, cada vez mais focalizada no combate à pobreza, o que gera desafios à atuação profissional de assistentes sociais, na perspectiva do nosso projeto ético-político.

Palavras chave: tendências conservadoras; assistência social; trabalho profissional.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense

## **ABSTRACT**

This work reflects on the conservative trends in contemporary times, based on the Brazilian reality, highlighting their expressions in social assistance policy and their remarks in professional work. We carried out a bibliographic research in books, articles and studies that dialogue with the critical theoretical perspective. We observed that conservatism has permeated the political, economic and social fields, in order to maintain the bases of domination of the hegemonic classes, giving a certain direction to the implementation of social assistance policy, increasingly focused on combating poverty, which creates challenges to the professional performance of social workers, from the perspective of our ethical-political project.

Keywords: conservative tendencies; social assistance; professional work.

## **1. INTRODUÇÃO**

No processo do desenvolvimento do capitalismo e no espraiamento de sua ideologia pela busca incessante da reprodução do capital, consideramos que os fundamentos teóricos advindos do conservadorismo são fundamentais para a manutenção dessa sociabilidade que produz e reproduz continuamente a desigualdade social, econômica, cultural e política.

O atual estágio do capitalismo acentua sobremaneira a desigualdade social entre as classes sociais, reverberando, em países de capitalismo dependente (FERNANDES, 2005), como o Brasil, nas diferentes expressões da questão social e com impactos severos às condições de vida do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

A contínua apropriação privada dos meios de produção pelos capitalistas e a superexploração do trabalho produzem a desigualdade estrutural no capitalismo e essa contradição capital e trabalho e o movimento de luta de classes, fazem com que as expressões da questão social, oriundas dessa relação, sejam enfrentadas pelo Estado, através das políticas sociais.

Estas atuam no atendimento de algumas demandas da classe trabalhadora, mas sem romper com as desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo. Sendo assim, as políticas sociais se constituem como estratégia de intervenção estatal para a amenização das expressões da questão social, mas contribuem, também, para a lógica metabólica do capitalismo, nos processos de reprodução do capital, sobretudo na manutenção da força de trabalho.

No Brasil, tendo em vista as características particulares do processo de desenvolvimento do capitalismo, de nossa formação social e política, marcada pela forte presença da burguesia agroindustrial cooptando o Estado para atuação em prol dos seus interesses privados, tivemos a organização tardia de um sistema de proteção social em 1988, com a Constituição Federal, que sistematiza a seguridade social brasileira, por intermédio das políticas públicas de saúde, previdência e assistência social.

Por outro lado, a trajetória histórica que acena a partir dos anos 1990, marca uma série de contrarreformas (BEHRING, 2008), tendo em vista o ideário neoliberal que fundamenta a intervenção do Estado brasileiro, como mecanismo de enfrentamento à crise econômica articulada à crise estrutural do capitalismo, que impõem medidas de ajuste fiscal

coordenadas pelas agências como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) aos países de capitalismo periférico.

Tais estratégias impõem uma redução de investimentos estatais nas políticas sociais, o incentivo à privatização de empresas e serviços públicos, a transferência de responsabilidades públicas a setores da sociedade civil, o incremento de ações do Estado com o capital financeiro, entre outras medidas que promovam a continuidade da reprodução do capital. Associado a tal cenário, verificamos que a reestruturação produtiva, com os processos de flexibilização, terceirização e desmonte dos direitos trabalhistas vem agravar a situação do heterogêneo conjunto da classe trabalhadora brasileira, que convive com a precarização, desde seu processo de constituição (ANTUNES, 2018).

O cenário contemporâneo de “ultraneoliberalismo”<sup>2</sup> que levou ao estado crônico de desmonte dos direitos sociais e das políticas sociais no Brasil se acirrou nos dois últimos governos, sobretudo a partir de 2016, tendo em vista a continuidade de contrarreformas operadas no sistema de proteção social, nos direitos trabalhistas, articuladas a um ideário de conservadorismo reacionário no âmbito político e social. Mais do que nunca fica reafirmada a relevância do Estado para o processo de acumulação do capital:

Enquanto política de Estado, o mais recente ultraliberalismo mais uma vez favorece os grandes proprietários, definindo-os como destinatários privilegiados dos benefícios fiscais, das rendas derivadas das dívidas públicas, além de garantir, através de intensas pressões, a redução seletiva de impostos para os grupos dominantes (...) (FONTES, 2020, p. 13).

Neste sentido, o contexto de pandemia vem desnudar e potencializar, as inúmeras expressões da questão social na realidade brasileira e imprimir profundos desafios às políticas sociais e aos profissionais que atuam com as mesmas, dos quais ressaltamos os/as assistentes sociais. Para além da falta de investimentos e do potencial reduzido de proteção social, as políticas sociais também são marcadas por um projeto societário conservador, de permanência da ordem capitalista. Segundo Silva, França e Maciel (2020, p. 262), “o conservadorismo contemporâneo possui uma ideologia com finalidade que parte em busca da manutenção da hegemonia das classes dominantes”, para perpetuação de seu domínio perante às classes subalternas, que são “[...] oriunda[s] da subproletarização

---

2 Para aprofundamento desta temática ver Bravo, Matos e Moraes – Org. (2020).

tardia, constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados. ” (MAIOR, 2019, p. 333).

Deste modo, a partir de uma pesquisa de natureza bibliográfica em livros, teses e artigos que dialogam com a teoria social crítica e o acúmulo de estudos em grupos de pesquisa<sup>3</sup>, refletiremos sobre as tendências do conservadorismo nas políticas sociais, com destaque à política de assistência social, salientando as dificuldades postas à consecução do trabalho profissional com a perspectiva contra-hegemônica, conforme fundamenta nosso projeto profissional.

## **2. REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: OS DESAFIOS AO TRABALHO PROFISSIONAL**

### 2.1. Expressões contemporâneas do conservadorismo no contexto brasileiro

O conservadorismo é orgânico à ordem do capital, ao padrão da sociabilidade burguesa e, portanto, num país de capitalismo periférico dependente, marcado por uma cultura escravagista, apresentará determinadas particularidades que perpassam e constituem o seu universo social, político e econômico, onde as desigualdades sociais se intensificam. No Brasil, especialmente a partir dos anos 2016, a sociedade brasileira atravessa um período de expressivas modificações. Após treze anos dos governos petistas, esse período é findo, como denomina Behring (2018), com um “golpe de novo tipo” que se reverbera numa ofensiva reacionária e conservadora, um recuo democrático, sobretudo para o conjunto da classe trabalhadora, rompendo o pacto de coalizão de classes.

O impeachment de Dilma Rousseff, ainda que esta presidenta tivesse no seu direcionamento político uma aliança com os interesses do capital, representou a derrota da

---

<sup>3</sup>Estamos nos referindo aos Projetos de Pesquisa “Conservadorismo e Serviço Social: influências contemporâneas no processo de produção de conhecimento e no trabalho profissional” e “A atuação do/da assistente social no campo da gestão do SUAS no contexto da pandemia: as requisições socioinstitucionais e atribuições profissionais em debate”, vinculados ao Núcleo de Estudos de Fundamentos do Serviço Social - NEFSS, da Escola de Serviço Social da UFF/Niterói.

“esquerda” e o reavivamento das perspectivas do conservadorismo, que supostamente estavam “adormecidas” ou lateralizadas em nosso país. Com o governo ilegítimo de Michel Temer, que se engendra na sociedade brasileira a partir de um conjunto de proposições que tendem ao que se denomina “nova direita”, inaugura-se uma conjuntura diferenciada.

Com a proposta de seu projeto “Uma Ponte para o Futuro”, vinculada às perspectivas neoliberais, implementa pelo menos três contrarreformas expressivas que incidem diretamente na vida da classe trabalhadora: a sindical, a trabalhista e a previdenciária. Neste processo, se apresenta um projeto de um Estado mínimo funcional ao capital financeiro que desvia o fundo público, conforme os interesses capitalistas, no qual as políticas sociais sofrem um impacto negativo, considerando que se focalizam, (des)universalizam, e precarizam-se conjuntamente (TEJADAS; JUNQUEIRA, 2021), marcando um retrocesso conservador.

Um dos elementos constitutivos dessa “nova direita” é a crença em teorias conspiratórias, na medida em que obscurece as contradições sociais, destensionando e fragilizando a luta de classes. No que se refere ao seu aspecto conservador, marca um recrudescimento das perspectivas de retrocesso civilizatório, preservando a ordem instituída, fortalecendo as tendências de direita e extrema direita, contribuindo para uma política funcional ao capital. No campo político, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é sua expressão maior.

O governo de Bolsonaro, organicamente vinculado a uma elite burguesa intolerante e preconceituosa, avessa aos avanços sociais consolidados pelas políticas sociais, ainda que no seu caráter contraditório, se sustenta num extremo liberalismo econômico (FONTES, 2019), ou seja, num ultraneoliberalismo articulado às forças políticas autocráticas, representadas por igrejas neopentecostais, por grupos de ruralistas, vinculados ao agronegócio, “[...] grupos militares e paramilitares de direita e nas elites conservadoras nacionais, ávidas por conduzir o projeto neoliberal sem concessões [...]”. (TEJADAS; JUNQUEIRA, 2021, p. 107).

Nesse sentido, ainda que se veicule que é um (des)governo, seu conteúdo está claramente articulado a determinados interesses subsidiados num projeto ideológico, econômico e político. Com tais particularidades, este governo também “[...] concilia

economia ultraliberal com um Estado teológico (teologia da prosperidade), amparado na despolitização da sociedade [...]”. (TEJADAS; JUNQUEIRA, 2021, p. 107).

No aspecto ideológico, existe um “anticomunismo primário” (FONTES, 2019), que homogeneiza o conjunto das forças sociais de esquerda, que reduz suas diversas formas e expressões a um mesmo lugar. Portanto, assiste-se na sociedade brasileira um apelo a determinados valores e princípios muito ao gosto de tendências conservadoras que esvaziam os conteúdos políticos, em troca da construção das verdades a partir da empiria, ratificando uma irracionalidade baseada no “obscurantismo da razão”, enfatizando uma postura negacionista e também anticientífica.

Portanto, o conservadorismo, enquanto instrumento ideológico (SILVA; FRANÇA; MACIEL, 2020), compreendido como “[... ] um conjunto sintético de ideias que consegue orientar as ações de uma determinada classe [...]” (MAIOR, 2019, p.323), apresenta como algumas de suas expressões contemporâneas, o resgate de valores tradicionais como a defesa da propriedade privada e a concepção reduzida de família.

Na atualidade, outras manifestações também se concretizam na realidade brasileira, compreendidas como se fossem fenômenos naturais como: a xenofobia, o nacionalismo exacerbado, a intolerância, o fundamentalismo religioso, a criminalização das expressões da questão social, a discriminação racial, de gênero e sexualidade, o desemprego, banalizando a pobreza e os padrões absurdos de miserabilidade presentes na realidade brasileira, desumanizando homens e mulheres. Nesta esteira, “[...] observa-se que tais propostas contribuem para, [dentre outras questões], o darwinismo social.” (SILVA; FRANÇA; MACIEL, 2020, p. 260).

Esse conservadorismo contemporâneo apresenta um objetivo de manutenção do *status quo*, da hegemonia política, econômica e social, tendo na figura do Estado seu maior representante, considerando que é orgânico aos interesses das elites economicamente dirigentes. No âmbito econômico, retrocede em massa os direitos sociais e trabalhistas, e assiste-se, o agravamento das altas taxas de desempregos, dos subempregados e a contribuição para o processo de “uberização” do trabalho e do trabalho intermitente. Neste escopo, acentua a pauta de privatização e o desfinanciamento das políticas sociais. Isto caracteriza um aprofundamento do ajuste fiscal já em curso e uma exponenciação da contrarreforma do Estado.

Tais processos se respaldam em ações que se tornam favorecedoras dos interesses dos capitais internacionais aliados ao empresariado nacional. “No Brasil, o conservadorismo adere a concepções liberais e no tocante a economia [...] apresenta uma decadência ideológica [...], isto é, um pensamento pragmático” (SILVA; FRANÇA; MACIEL, 2020, p. 260), que se encontra em sintonia com o atendimento dos interesses das organizações financeiras aliadas aos setores modernos internacionais e ao agronegócio. Portanto,

Elucidar a funcionalidade desse conservadorismo na dinâmica do capitalismo contemporâneo requer analisar os fios que ligam seus elementos internos estruturantes (seus componentes ideológicos centrais) aos antagonismos das classes fundamentais, em disputa num cenário de aprofundamento da crise estrutural do capital, mediado, ainda, pelas injunções econômicas e políticas particulares de cada formação social. [...]. Note-se que [...] não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um compósito ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anticomunismo reciclado. (MOTA; RODRIGUES, 2020, p.203).

Ainda sobre o governo de Bolsonaro, emblemático da chegada de uma extrema direita, como já mencionado, esta dinâmica na realidade se vincula a uma tendência mundial, quando se analisa a totalidade de processos de governos internacionais que avançam na perspectiva da direita e da extrema direita. Na esfera política, apresentam-se tendências ao autoritarismo, a pouca afeição às perspectivas democráticas e, portanto, à participação popular, ratificando o histórico horror que as classes dominantes brasileiras têm da participação das massas nos processos políticos.

O governo se intitula democrático, mas é impermeável às demandas da classe trabalhadora e dirige o país a partir dos interesses corporativos de determinados grupos políticos. Exemplo desse movimento é a existência no Congresso Nacional de três bancadas específicas: a bancada evangélica, - vinculada a um fundamentalismo religioso -, a armamentista, que defende o armamento da população e a dos ruralistas, expressando os interesses do agronegócio. Estes processos em sua totalidade e contradições, marcados por expressões contemporâneas de um conservadorismo, constituído por uma forma de pensar caracterizada como antiprogressista, antipopular e antidemocrática, demarcam uma “nova onda conservadora” que trará impactos para as políticas sociais, que “[...] são definidas a partir da direção societária que o governo deseja imprimir em seu mandato,



permeadas pelas relações políticas, econômicas e sociais que interferem no poder decisório”. (KELLER, 2019, p.172-173).

Partindo destas reflexões, consideramos que a presença de novas formas do pensamento conservador na sociedade brasileira reverberou no conjunto das políticas sociais em “[...] elementos de precarização dos serviços públicos, focalização nas situações de pobreza extrema, descentralização político-administrativa da gestão, privatização de setores públicos [...] [e um] processo de refilantropização da política pública. ” (KELLER, 2019, p.173).

A partir das considerações realizadas, é importante perceber quais são as mediações existentes deste contexto na política de assistência social, ou melhor explicitando, como essa conjuntura marcada por um pensamento conservador com novas ondulações, reverbera nesta área, historicamente marcada por ações conservadoras.

## 2.2. Tendências conservadoras na política de assistência social

Pensamos que as bases teóricas do conservadorismo, como sinalizado, estão presentes em alguns setores das políticas sociais que reafirmam a manutenção da ordem social vigente e de padrões societários. Neste item, destacaremos a política de assistência social, tendo em vista nosso acúmulo em termos de estudos e a importância atribuída a esta política pelo Estado brasileiro no cenário de agravamento das expressões da questão social, com a crise do capital, potencializada na pandemia.

A assistência social, a partir da Constituição Federal de 1988, é considerada uma das políticas da seguridade social brasileira, e desde então, possui um caminho histórico de lutas para romper com sua constituição a partir de ações assistemáticas, clientelistas e articuladas à filantropia. A partir dos anos 1990, a política de assistência social e os movimentos em prol da mesma - como os Conselhos de Assistência Social nos diferentes níveis federativos, o conjunto CFESS-CRESS, os profissionais que atuam e militam na área - lutam para sua consolidação como política pública, em meio ao avanço do ideário

neoliberal, o desinvestimento nas políticas sociais e as ações paralelas à política institucionalizada via sociedade civil, como o histórico Comunidade Solidária nos anos 1990 e, também por intermédio de programas governamentais como o Criança Feliz.

Nos anos 2000, em especial no contexto de governos petistas que, embora não rompam com medidas a favor do capital financeiro para manutenção da reprodução do capital, ampliam um maior investimento na política de assistência social, em especial direcionado aos programas de transferência de renda, como um repasse monetário para atenuar os efeitos devastadores para diversos segmentos da classe trabalhadora e para o enfrentamento à pobreza, conforme demonstrado em estudos como os de Schmidt (2015).

Tais programas “[...] são também largamente influenciados por matizes de caráter liberal e conservador. [E também atendem] aos interesses do capital, pelo amplo potencial de dinamizar as economias. ” (SILVA; SOUSA; LIMA, 2021, p. 113). Os programas de transferência de renda são estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevivência da classe trabalhadora mais pauperizada “[...] de modo a garantir sua disponibilidade para a exploração; [...] para controlar socialmente o pauperismo e os comportamentos das ‘classes perigosas’ ”. (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p.79).

Tal estratégia de atuação estatal neoliberal de combate à pobreza oriunda desde 1990 e acentuada nos anos 2000, vincula-se às recomendações dos organismos multilaterais de focalização da intervenção do estado, ao contrário da universalização da proteção social. Assim, conforme Boschetti (2016, p.18-19),

**(...) em contexto de crise do capital, a assistência social é capturada pelas mais insidiosas estratégias conservadoras, que a superdimensionam como campo de proteção social,** quando sua expansão, na verdade, consolida os processos de focalização do Estado social na franja mais pauperizada e expropriada da classe trabalhadora. (grifos nossos).

Ainda segundo a autora, a referida política “assume a função de reprodução ampliada da superpopulação relativa<sup>4</sup> em contexto de exasperação do pauperismo e da

---

4 Segundo Marx (2018).

precarização do trabalho” (BOSCHETTI, 2016, p. 18), sendo, assim, relevante para os processos de acumulação do capital.

Com relação ao marco regulatório da assistência social na contemporaneidade, documentos importantes são promulgados, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS, 2005) e a Lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nº 12435 de 2011, que reorganizam a política de assistência social brasileira nas diretrizes do SUAS.

Verificamos que alguns parâmetros de gestão que o SUAS reafirma, se articulam à gestão democrática das políticas sociais - como a descentralização política-administrativa, a participação da população nos processos decisórios, a responsabilidade do Estado na condução da política, o financiamento fundo a fundo.

Porém, as bases teóricas da PNAS (2004), ao não utilizar a categoria “questão social” e “classes” e compreender as situações demandadas pela população atendida como “risco e vulnerabilidade”, dialogam com fundamentos teóricos que se aproximam de uma perspectiva conservadora, ao colocar o enfrentamento de tais situações pela via do desenvolvimento das “capacidades”, articulados a autores como Amartya Sen (2010). Conforme Schmidt (2018, p.9):

(...) a ausência das categorias questão social e classes sociais na PNAS, ao apontar os determinantes estruturais da sociedade capitalista expressos como situações de risco e de vulnerabilidade social, revela um determinado direcionamento político para intervenção na área, pois se privilegiam ações que objetivam elevar a capacidade das famílias, o fortalecimento de vínculos (...)

Neste sentido, quando a política define sua população atendida como “vulnerável”, “em risco”, “excluída”, traz um direcionamento de atuação na área, pois “(...) não contempla a dimensão de classe desta população. A própria ideia do movimento de luta de classes acaba por se perder (...). As estratégias de intervenção na Política de Assistência Social perdem esta dimensão e fragmentam os processos de luta”. (SCHMIDT, 2015, p. 117). Nesse sentido, infere-se que a funcionalidade da assistência social está sendo utilizada para exercer o controle dos extratos mais pauperizados da classe trabalhadora, recorrendo não

somente as suas concepções teóricas, mas, sobretudo, as suas formas de operacionalização, seguindo uma determinada formatação e padronização.

Assim, as ações realizadas pelas/os profissionais, dentre estas/es, assistente sociais, perpassam a individualização dos atendimentos e planos de ação para cada família, como se a “solução” estivesse no âmbito individual e de responsabilização de cada sujeito, de modo a não problematizar as contradições da sociedade capitalista contemporânea e o seu enfrentamento por intermédio de atividades de mobilização coletiva.

São arcabouços teóricos que fundamentam práticas que não questionam a ordem social vigente, reafirmando o ideal liberal de que “todos têm oportunidades iguais” e é preciso “ensinar” e “qualificar” a população atendida para ser inserida no mercado de trabalho ou para ser empreendedora, através de cursos de culinária ou artesanato. Com isso, “Segundo a visão conservadora, reconciliada com os preceitos liberais, trata-se, apenas, de zelar pelas qualidades morais necessárias à sadia permanência dos indivíduos dos mercados.” (SOUZA, 2015, p. 18).

Outro conceito presente na PNAS e que nos indica a presença de uma tendência conservadora, é o da matricialidade sociofamiliar. Embora as orientações normativas considerem os diferentes arranjos familiares contemporâneos, observamos na forma de operacionalização da assistência social, o reforço do papel histórico da mulher na sociedade capitalista e patriarcal, profundamente perpassada pelo machismo estrutural, atribuindo à mulher o lugar do cuidado doméstico e dos membros familiares. Sendo assim, este “eixo” “(...) traz a família como núcleo central da política socioassistencial e como instituição provedora do cuidado. Essa concepção reproduz o papel protetivo da família e a responsabilidade recai, principalmente, sobre a mulher-mãe-usuária-beneficiária, que toma o lugar de cuidado e proteção (...)” (ALVES et al., 2020, p. 88). Isso contribui para o reforço à concepção tradicional e conservadora de família e do espaço destinado à mulher nesta sociedade.

### 2.3. O trabalho profissional na assistência social no escopo pandêmico

Como observamos há a presença cada vez mais intensa de tendências conservadoras na realidade brasileira, que surgem com outras roupagens, e verificamos este movimento incidindo no trabalho profissional. O foco de atuação, em meio ao contexto de desmonte do SUAS e da precarização das condições de trabalho, tem sido o Cadastro Único (CADÚNICO), por intermédio de realização de cadastros para acesso da população à benefícios e programas que levem a alguma percepção de renda para o combate à pobreza, o que tem reduzido a atuação profissional a uma prática pragmática, a-crítica, reprodutora da lógica capitalista e com o diálogo com arcabouços teóricos que não se vinculam com nosso projeto ético-político. Embora o mesmo seja fundamentado em bases teóricas críticas que perpassam nosso processo formativo, salientamos, conforme Iamamoto (2009, p. 348):

(...) uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se.

Deste modo, mesmo que as “condições externas” ao exercício profissional sejam determinadas pela instituição empregadora e pelo contexto do mundo do trabalho na contemporaneidade, o/a assistente social possui como mecanismos promotores de uma atuação comprometida com o projeto profissional a sua formação acadêmica, a definição de suas atribuições e competências nos instrumentos jurídicos e políticos da profissão, a vinculação com os movimentos de luta da classe trabalhadora e a possibilidade de participação em processos de educação permanente.

O contexto da pandemia asseverou as expressões da questão social e cresce a cada dia a busca por atendimento na assistência social de trabalhadores desempregados, subempregados e com vínculos precarizados. Este é, portanto, o público alvo de assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), porta de entrada desta política, ocasionando uma sobrecarga de trabalho, que, no cenário pandêmico, ficou centralizado em ações burocráticas para viabilizar o acesso ao auxílio emergencial (benefício concedido pelo Governo Federal) e demais ações pontuais para amenizar as condições de pobreza da população atendida.

Na realidade, esse auxílio representa uma das: “(...) tímidas, reticentes e retardatárias medidas federais que seguiram a mesma política ultraneoliberal já em curso: poucos recursos para a saúde e para o auxílio emergencial e trilhões para bancos e empresários” (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p.77). Nesse sentido, este benefício se configurou “[...] como, uma segurança para o próprio ‘mercado’ – [...] devido a circulação do dinheiro neste período de pandemia” (BALTAR; RODRIGUES, 2021, p.139).

Nesta realidade, emergem requisições à profissão, fazendo com que a política seja um instrumento normativo e institucional, as quais evidenciam a diferenciação entre os objetivos profissionais – vinculados ao projeto ético-político - e os institucionais, o que produz um tensionamento no cotidiano institucional. A questão da burocratização do trabalho de assistentes sociais se faz presente articulado com a “padronização de instrumentos das políticas, [o] aumento do tempo de trabalho na realização de atividades burocráticas para produção de dados que não serão apropriados com objetivos específicos pelo Serviço Social, além do adensamento de requisições para [...] policiamento de famílias” (FREITAS, 2021, p.659).

Conforme Freitas (2021, p.667), outra demanda institucional que se coloca para os/as assistentes sociais são “[...] visitas domiciliares para entrega de cestas básicas, descaracterizando as visitas como instrumento [em] acordo com objetivos profissionais”. Nesta direção, profissionais são requisitadas/os “[...] para coleta e mesmo para ‘higienização’ de ‘doações’ de alimentos em ‘ações solidárias’”.

As questões e demandas que se recolocam não são novas, mas se reatualizam subsidiadas num pragmatismo, demonstrando uma tendência conservadora, que acabam por contribuir para um atendimento desqualificado, e, considerando nossas atribuições e competências, conforme o CFESS (2011), nossa intervenção profissional deveria se subsidiar pela:

(...) apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; (CFESS, 2011, p. 18-19).

Portanto, as solicitações para a realização de ações inespecíficas, contribuem para um trabalho diferenciado daquele respaldado no nosso projeto ético político. Com esta perspectiva, “(...) é possível detectar uma reatualização de perspectivas conservadoras e tendências baseadas no neotomismo e humanismo cristão no seio das requisições institucionais no campo da Política de Assistência Social” (FREITAS, 2021, p.674). Nesta esteira, assiste-se a uma retomada do conservadorismo no escopo da assistência social que remonta as concepções de “[...] caridade, imediatismo, [...] pragmatismo e desassocia-a das conquistas normativas e organização institucional dos últimos anos, num nítido processo de disputa entre projetos de Assistência Social, acirradas durante este período de pandemia” (FREITAS, 2021, p.667).

Outro elemento a ser problematizado é que o trabalho profissional tem sido pautado por fundamentos teóricos presentes na política de assistência social, já comentados, que não dialogam com as bases teóricas do nosso projeto profissional e que acabam sendo incorporados no direcionamento das ações junto à população atendida, por intermédio da individualização dos atendimentos e das demandas apresentadas e numa leitura da realidade sem a apreensão crítica da conjuntura vivenciada. Por outro lado:

(...) o exercício das atribuições e competências profissionais deve se orientar pela intencionalidade de ampliar direitos, assegurar acesso a bens e serviços públicos de qualidade, e fazer da intervenção na assistência social um espaço de mediação para a luta pela igualdade de condições, e não favorecer o conformismo minimalista e o liberalismo de igualdade de oportunidade, que vem insidiosamente capturando a assistência social. O que se reafirma aqui é que o trabalho de assistentes sociais na Política de Assistência Social não pode se confundir, se balizar ou se submeter às normas e regras institucionais e/ou aos programas assistenciais governamentais. (BOSCHETTI, 2016, p. 19-20).

Desta forma, consideramos que o trabalho de assistentes sociais deve se subsidiar em seu projeto ético-político, no sentido de contribuir para a potencialização da socialização das informações, visando à ampliação dos direitos e acesso da população atendida às diferentes políticas sociais numa perspectiva de totalidade. Além disso, é preciso articular seu trabalho aos movimentos sociais, incentivar a participação popular nas instâncias

democráticas que a própria política apresenta e ocupar as esferas do planejamento, gerenciamento e execução, direcionando sua atuação aos interesses da população usuária, mediados por uma análise crítica, mesmo que isso represente enfrentamentos cotidianos, pois como mencionado, há uma diferença entre os objetivos profissionais e institucionais. Portanto, só a resistência e o fortalecimento junto aos movimentos de organização política do heterogêneo conjunto da classe trabalhadora poderão apontar para outros rumos na perspectiva da garantia dos direitos sociais.

### **3. CONCLUSÃO**

A partir das ponderações colocadas, consideramos que o conservadorismo, como um instrumento ideológico, constitui organicamente o padrão da sociabilidade burguesa capitalista e certamente apresenta desdobramentos em diversas dimensões da realidade brasileira, marcada por uma conjuntura ultraneoliberal. Aqui colocamos em destaque o conjunto das políticas sociais, mas, especificamente para nossa análise, a política de assistência social, que historicamente possui uma vinculação com o conservadorismo.

Com mudanças significativas e estruturais a partir de 2004, esta política “transita” do campo da caridade e benevolência para o campo dos direitos sociais, o que não significa dizer que as tendências conservadoras ainda não se encontram presentes sob outras formas. Atualmente, esta política que vem sendo protagonista no contexto da pandemia, em atendimento a uma população pauperizada, e parece retomar alguns elementos conservadores. Portanto, as tendências conservadoras, particularmente da assistência social, se intensificam, num contexto de poucos orçamentos destinados ao SUAS e a contínua precarização das condições objetivas de trabalho de profissionais, como assistentes sociais, inseridas/os neste espaço sócio-ocupacional.

As problematizações aqui contidas evidenciam que as tendências conservadoras expressas na contemporaneidade reverberam nos processos de implementação da política de assistência social no território brasileiro, a partir de algumas de suas fundamentações



teóricas contidas na PNAS (2004) que se distanciam da compreensão crítica da realidade, da dinâmica do capitalismo e suas particularidades na atualidade, pois não contempla a dinâmica das classes sociais e não se utiliza da categoria “questão social”.

Essa base teórica acaba por imprimir um direcionamento de atuação, na assistência social, compatível com o modelo liberal de política social, focalizado em situações individuais, específicas, de oferta de “capacidade” às famílias atendidas, reduzindo o conjunto das expressões da questão social à pobreza e sua amenização por intermédio de benefícios e programas que transfiram rendas aos trabalhadores, o que irá contribuir para a lógica de reprodução da força de trabalho, que continuará superexplorada pelo capital. A própria centralidade de ações nas famílias acaba por responsabilizá-las e reforçar o papel histórico imposto às mulheres no desenvolvimento do capitalismo, para o processo de reprodução capitalista.

Estes determinantes estarão presentes no cotidiano do trabalho de assistentes sociais no campo da política de assistência social, trazendo desafios para uma atuação que ultrapasse a dimensão individualizada e burocratizada dos atendimentos, focalizada em cadastros e funções administrativas, tendo em vista uma perspectiva de intervenção cuja direção seja a mobilização e organização do conjunto da classe trabalhadora atendida e da vinculação aos diferentes movimentos sociais em prol das lutas dos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. B. et al. Família, mulher e política de assistência social: reflexões necessárias. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 86-101, jan.-jun., 2020.

ANTUNES, R. L. C. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. "Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente". In BOSCHETTI, I.; BEHRING, E; LIMA, R. de. (orgs.) **Marxismo, política social e direitos**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2018, p. 39-72.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 7 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12435.htm). Acesso em: 7 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social: PNAS/ 2004. Norma Operacional Básica: NOB/SUAS**. Brasília, DF: SNAS, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 14 mar. 2021.

BRAVO, M. I. S; MATOS, M. C. de; FREIRE, S. de M. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de Assistentes Social na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. CFESS: Brasília, 2011.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FONTES, V. O núcleo central do governo Bolsonaro: o proto-fascismo. Disponível em: <[racismoambiental.net.br](http://racismoambiental.net.br)> 2019, p. 1-6. Acesso em: 30 de mar.2022.

\_\_\_\_\_. Prefácio na tragédia da pandemia. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 11-17.

FREITAS, R. M. de. Serviço Social, Assistência Social e a pandemia da COVID-19: desafios e apontamentos. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 653-676, jul. / dez. 2021.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-375.

KELLER, S. B. A. A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista. **Ser Social**: Brasília: Unb, nº. 44, jan.-jun. 2019.

MAIOR, N.M.S.S. A disputa da narrativa conservadora na reforma trabalhista. **Ser Social**. Nova direita, Estado e Política Social. Brasília, 2019, p. 321-335. Faltou essa referência.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política.: livro 1. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 2.

MAURICIO, J. M. M. **Condição assalariada e consciência de classe dos assistentes sociais**: reflexões sobre o trabalho assalariado nos CRASs. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. P. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katálysis**: Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago, 2020.

SCHMIDT, J. A. de C. **A gestão pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Niterói/RJ**: os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no foco crítico. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Centro de Ciências sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://www.bdtd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=9311](http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9311). Acesso em: 10 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre as bases conceituais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). In: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**. UFES: Vitória-ES, 2018. p. 1-17.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, S. M. P. da; FRANÇA, M. H. de O.; MACIEL, V. V. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 256-265, maio/ago. 2020.

SILVA, M. O. S.; SOUSA, S. M. P. S.; LIMA, V. F. S. A. Auxílio emergencial e trabalho do Serviço Social no contexto da Covid-19. **Revista Em pauta**. UERJ. Rio de Janeiro. n. 48, v. 19, p. 107-123. 2º Semestre de 2021.

SOUZA, J. M. A. de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 1-22, 2015.

TEJADAS, S.S; JUNQUEIRA, M.R. Serviço Social e pandemia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 101-117, jan./abr. 2021.

BALTAR, J. F; RODRIGUES, N. C. F. Serviço Social na política de assistência social em tempos de COVID-19: limites e possibilidades. In: VASCONCELOS, A. M.; ALMEIDA, N. L. T. de; VELOSO, R. (Orgs.). **Serviço Social em tempos ultraneoliberais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 127-148.